EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 009/2026
POLÍTICA NACIONAL ALDIR BLANC (PNAB) CICLO II - SECULT CHOROZINHO
EDITAL FESTIVAL CULTURAL ITINERANTE – 2026

POLÍTICA NACIONAL ALDIR BLANC DE FOMENTO À CULTURA

O Governo Municipal de Chorozinho, por intermédio da Secretaria Municipal da Cultura e Turismo através do Fundo Municipal da Cultura de Chorozinho, torna público o presente Edital, o que faz com base na Lei Federal nº 14.399/2022 - Política Nacional Aldir Blanc (CICLO II); no Decreto Federal nº 11.740/2023; no Decreto Federal nº 11.453/2023; na Lei Federal nº 14.903/2024 - Marco Regulatório do Fomento à Cultura; Instrução Normativa MINC nº 10/2023 - IN PNAB de Ações Afirmativas e Acessibilidade, para conhecimento dos interessados, que realizará, em conformidade com os termos e condições estabelecidas.

Interessados em participar do Edital **FESTIVAL CULTURAL ITINERANTE - 2026**, cujo objetivo é apoiar projetos culturais para compor a programação de dois (02) festivais itinerantes no Município de Chorozinho um sendo realizado na Sede do município e outro na Zona Rural onde será definido a partir de uma pesquisa de opinião popular nas redes sociais da Secretaria de Cultura e Turismo de Chorozinho.

A programação de cada Festival se dará a cargo da Secretaria de Cultura e Turismo, cada Festival terá as seguintes atrações em sua programação (01 (dança), 03 (música coletiva), (04 (música individual), (14 (artesanato), (01 (cultura popular), (01 (Literatura), (01 (performace), (2 (artes visuais), (01 (Teatro) em sua programação.

Este Edital é realizado com recursos do Governo Federal repassados por meio da Lei nº 14.399 de 8 de julho de 2022 - que institui a Política Nacional Aldir Blanc de Fomento à Cultura. A Política Nacional Aldir Blanc de Fomento à Cultura - PNAB viabiliza durante o período de 2023 a 2027, investimento direto ao setor cultural do Brasil, estruturando o sistema federativo de financiamento à cultura mediante os repasses da União aos Estados, Distrito Federal e Municípios de forma continuada.
O presente edital contém os seguintes anexos:

Anexo I – Modelo de Plano De Ação;
Anexo II – Minuta do Termo de Execução Cultural;
Anexo III - Relatório de Execução do Objeto;
Anexo IV – Carta coletiva de anuência dos grupos ou coletivo;
Anexo V - Declaração de Pertencimento Étnico Racial;
Anexo VI – Declaração para Pessoas com Deficiência;
Anexo VII - Dados Bancários;
Anexo VIII- Formulário de Recurso
Anexo IX – Declaração de Residência

As inscrições serão gratuitas e realizadas exclusivamente online, pelo site, mapacultural.chorozinho.ce.gov.br , no período de 5 (cinco) dias corridos, contados da publicação do presente certame , com inscrição do dia 15/10/2026 a 19/10/2026 até às 23:59 podendo ou não prorrogar de acordo com interesse público.

Todas as informações fornecidas no ato da inscrição deverão ser verídicas e atualizadas. Não serão aceitos projetos entregues presencialmente na sede da Secretaria de Cultura e Turismo de Chorozinho ou enviados por e-mail nem quaisquer outros materiais postados via Correios.

1. OBJETO

O objeto deste Edital é a seleção de projetos culturais das "DEMAIS ÁREAS CULTURAIS" para receberem apoio financeiro nas categorias descritas abaixo, por meio da celebração de Termo Execução Cultural (Anexo II), tendo por objetivo promover o festival cultural com espetáculos de diversas linguagens artísticas, exposições e atividades formativas, de forma a qualificar e difundir a produção artística Chorozinhense.

1.1 O objetivo de incentivar as diversas formas de manifestações culturais no Município de Chorozinho.

1.2 Para efeito deste Edital serão contempladas as seguintes categorias para as produções de artistas e agentes culturais Chorozinhense e/ou residentes comprovadamente no município de Chorozinho (CE) há pelo menos 02 (dois) anos.

1.3 Os Recursos financeiros para o custeio da estrutura física (palco grande porte, luz médio porte, som, gerador, mesas expositoras, decoração, e etc.) do FESTIVAL CULTURAL, será custeado com orçamento próprio da Secretaria da Cultura e Turismo de Chorozinho.

1.4 Os pagamentos dos fazedores de cultura participantes do presente edital serão custeados com os recursos financeiros fomentados pelo presente edital.

1.5 A programação do presente festival será construída em conjunto com a secretaria municipal da cultura, com horários pré-estabelecidos pela produção do Festival, como comunicado prévio.

2. DESCRIÇÃO DAS CATEGORIAS

I - Dança: Podem concorrer nesta categoria projetos que demonstrem predominância na área de dança, em qualquer modalidade, a exemplo de: dança contemporânea; danças urbanas; danças populares e tradicionais; dança moderna; dança clássica, entre outras.

Os projetos podem ter como objeto:

a) ações de qualificação, formação, tais como realização de oficinas, cursos, ações educativas;

b) realização de eventos, mostras, festas e festivais de dança.

c) outro objeto com predominância na área da Dança.

II - Música: Podem concorrer nesta categoria projetos que demonstrem predominância na área de música, envolvendo a criação, difusão e acesso de uma maneira ampla, incluindo os diversos gêneros musicais e estilos.

Os projetos podem ter como objeto:

a) formação musical: ações de qualificação, formação, tais como realização de oficinas, cursos, ações educativas;

b) gravações de álbuns musicais;

c) realização de eventos, mostras, festas e festivais musicais;

d) outro objeto com predominância na área da música.

III - Artesanato, artes visuais, Cultura Popular, Humor, Literatura e Performance: Podem concorrer nesta categoria projetos que demonstrem predominância nas áreas Propostas, que compreende a produções presentes.

Os projetos podem ter como objeto:

a) realização de coleção, mostras, exposições e apresentações;

b) ações de qualificação, formação, tais como realização de oficinas, cursos, ações educativas, ou;

c) outro objeto com predominância na área do artesanato, artes visuais e demais linguagens descritas.

IV - Teatro: Podem concorrer nesta categoria projetos que demonstrem predominância na área do teatro, envolvendo a criação, difusão e acesso de uma maneira ampla, incluindo as diversas formas de expressão teatral.

Os projetos podem ter como objeto:

a) formação teatral: ações de qualificação, formação, tais como realização de oficinas, cursos e outras ações educativas;

b) Apresentação de peça teatral;

c) outro objeto com predominância na área do teatro.

3. APOIO FINANCEIRO

3.1 O valor total disponibilizado para este Edital é de **R$ 80.000,00** (oitenta mil reais), dividido entre as categorias de apoio descritas anteriormente.

3.2 A despesa correrá à conta da seguinte Dotação Orçamentária: 1502. 13 392 0032 2.106

3.3 Fonte do Recurso: - 1719000000 Transf. Aldir Blanc Cultura L1 – Transf. Destinadas ao Setor Cultural – LC nº 195/2022 – Art 8º - Demais áreas da Cultura.

3.4 Este edital poderá ser suplementado, caso haja interesse público e disponibilidade orçamentária suficiente.

3.5 Serão selecionados **56** projetos com aporte financeiro de acordo com o valor solicitado em uma das categorias abaixo:

CATEGORIA		PROJETOS APOIADOS	VALOR POR PROJETO	VALOR POR CATEGORIA
I - Dança (Apresentação / Oficina ou outra proposta relacionada na descrição da categoria)		02	R$ 1.500,00	R$ 3.000,00
II - Música	**Apresentação (solo)** (ou outra proposta relacionada na descrição da categoria)	08	R$ 1.000,00	R$ 8.000,00
	Apresentação (coletiva) (ou outra proposta relacionada na descrição da categoria)	06	R$ 2.000,00	R$ 12.000,00
III – Artesanato, artes visuais, Cultura Popular, Literatura e Performance (Oficina ou outra proposta relacionada na descrição da categoria)				
a) Artesanato;		28	R$ 1.400,00	R$ 39.200,00
b) Arte Visuais;		04	R$ 1.500,00	R$ 6.000,00
c) Cultura Popular (Grupo / Coletivo)		02	R$ 2.000,00	R$ 4.000,00
d) Literatura;		02	R$ 1.200,00	R$ 2.400,00
e) Performace LGBTQIAPN+;		02	R$ 900,00	R$ 1.800,00
IV – Teatro (Oficina ou outra proposta relacionada na descrição da categoria)		02	R$ 1.800,00	R$ 3.600,00
TOTAL		56	-	R$80.000,00

4. QUEM PODE SE INSCREVER

4.1 Poderá se inscrever neste Edital qualquer agente cultural comprovadamente residente no município de Chorozinho há pelo menos 02 (dois) anos (Anexo IX), utilizando o

Mapa Cultural de Chorozinho, a partir do link: https://mapacultural.chorozinho.ce.gov.br/, na aba "Oportunidades".

4.2 Em regra, o agente cultural pode ser: Pessoa física ou Microempreendedor Individual (MEI);

I - Pessoa física (Proponente ou agente cultural)

II - Pessoa jurídica com fins lucrativos (Ex.: empresa de pequeno porte, empresa de grande porte etc);

III - Pessoa jurídica sem fins lucrativos (Ex.: Associação, Fundação, cooperativa etc.);

IV - Coletivo/Grupo sem CNPJ representado por pessoa física.

4.3. O proponente é o agente cultural responsável pela inscrição do projeto.

4.4. Na hipótese de agentes culturais que atuem como grupo ou coletivo cultural sem constituição jurídica (ou seja, sem CNPJ), será indicada pessoa física como responsável legal para o ato da assinatura do Termo Simplificado de Fomento e a representação será formalizada em declaração assinada pelos demais integrantes do grupo ou coletivo, podendo ser utilizado o modelo constante no Anexo IV.

4.5. O proponente não pode exercer apenas funções administrativas no âmbito do projeto e deve exercer necessariamente a função de criação, direção, produção, coordenação, gestão artística ou outra função de destaque e capacidade de decisão no projeto.

5. QUEM NÃO PODE SE INSCREVER

5.1. Não podem se inscrever neste Edital, proponentes que:

I - Tenham se envolvido diretamente na etapa de elaboração do edital, na etapa de análise de propostas ou na etapa de julgamento de recursos;

II - Sejam cônjuges e/ou companheiros de servidor público da Secretaria Municipal de Cultura e Turismo de Chorozinho, nos casos em que o referido servidor tiver atuado na etapa de elaboração do edital, na etapa de análise de propostas ou na etapa de julgamento de recursos;

III - Sejam membros do Poder Legislativo (Deputados, Senadores, Vereadores), do Poder Judiciário (Juízes, Desembargadores, Ministros), do Ministério Público (Promotor, Procurador), do Tribunal de Contas (Auditores e Conselheiros).

5.2. O agente cultural que integrar o Conselho de Cultura poderá concorrer neste Edital para receber recursos do fomento cultural, exceto quando se enquadrar nas vedações previstas no item 5.1.

5.3. A participação de agentes culturais nas oitivas e consultas públicas não caracteriza o envolvimento direto na etapa de elaboração do edital, e que trata o subitem I do item 5.1.

5.4. A participação de pessoas servidoras efetivas, contratadas e comissionadas do quadro da Prefeitura Municipal de Chorozinho.

6. COTAS

6.1. Ficam garantidas cotas étnico-raciais em todas as categorias do edital, nas seguintes proporções:

I - No mínimo 20% das vagas para pessoas negras (pretas e pardas);

II - No mínimo 10% das vagas para pessoas indígenas.

VAGAS, COTAS E VALORES							
Categorias	**Ampla Concorrência**	**25% Cotas Raciais (Negras)**	**10% Cotas Éticos (Indígena)**	**5% Cotas PCD.**	**Total de Vagas**	**Valor Por Projeto**	**Valor Total Da Categoria**
I - Dança	1	1	-	-	2	R$ 1.500,00	R$ 3.000,00
II - Música (Solo)	4	2	1	1	8	R$ 1.000,00	R$ 8.000,00
II - Música (Coletivo)	3	2	-	1	6	R$ 2.000,00	R$ 12.000,00
III - a) Artesanato	18	4	5	1	28	R$ 1.400,00	R$ 39.200,00
III - b) Artes Visuais	3	1	-	-	4	R$ 1.500,00	R$ 6.000,00
III - c) Cultura Popular (Grupo)	1	1	-	-	2	R$ 2.000,00	R$ 4.000,00
III - d) Literatura	1	1	-	-	2	R$ 1.200,00	R$ 2.400,00

III - e) Performance LGBTQIAPN+	1	1	-	-	2	R$ 900,00	R$ 1.800,00
IV - Teatro	1	1	-	-	2	R$ 1.800,00	R$ 3.600,00
			TOTAL GERAL				R$ 80.000,00

6.2. Os agentes culturais que optarem por concorrer às cotas para pessoas negras (pretas e pardas) e indígenas concorrerão concomitantemente às vagas destinadas à ampla concorrência, ou seja concorrerão ao mesmo tempo nas vagas da ampla concorrência e nas vagas reservadas às cotas, podendo ser selecionado de acordo com sua nota ou classificação no processo de seleção.

6.3. Os agentes culturais negros (pretos e pardos) e indígenas optantes por concorrer às cotas que atingirem nota suficiente para se classificar no número de vagas oferecidas para ampla concorrência não ocuparão as vagas destinadas para o preenchimento das cotas, ou seja, serão selecionados nas vagas da ampla concorrência, ficando a vaga da cota para o próximo colocado optante pela cota.

6.4. Em caso de desistência de optantes aprovados nas cotas, a vaga não preenchida deverá ser ocupada por pessoa que concorreu às cotas de acordo com a ordem de classificação.

6.5. No caso de não existirem propostas aptas em número suficiente para o cumprimento de uma das categorias de cotas previstas na seleção, o número de vagas restantes deverá ser destinado inicialmente para a outra categoria de cotas.

6.6. Caso não haja outra categoria de cotas de que trata o item 6.5, as vagas não preenchidas deverão ser direcionadas para a ampla concorrência, sendo direcionadas para os demais candidatos aprovados, de acordo com a ordem de classificação.

6.7. Para concorrer às cotas, os agentes culturais deverão autodeclarar-se no ato da inscrição usando a autodeclaração étnico-racial de que trata o Anexo V.

6.8. As pessoas jurídicas e coletivos sem constituição jurídica podem concorrer às cotas, desde que preencham algum dos requisitos abaixo:

I - Pessoas jurídicas que possuem quadro societário majoritariamente composto por pessoas negras (pretas e pardas) ou indígenas;

II - Pessoas jurídicas ou grupos e coletivos sem constituição jurídica que possuam pessoas negras (pretas e pardas) ou indígenas em posições de liderança no projeto cultural;

III - Pessoas jurídicas ou coletivos sem constituição jurídica que possuam equipe do projeto cultural majoritariamente composta por pessoas negras (pretas e pardas) ou indígenas; e

IV - Outras formas de composição que garantam o protagonismo de pessoas negras (pretas e pardas) e indígenas na pessoa jurídica ou no grupo e coletivo sem personalidade jurídica.

6.9. As pessoas físicas que compõem a equipe da pessoa jurídica e o grupo ou coletivo sem constituição jurídica devem se submeter aos regramentos descritos nos itens acima.

7. PRAZO PARA SE INSCREVER

7.1. Para se inscrever no Edital, o proponente deve realizar a inscrição enviando toda documentação obrigatória via Mapa Cultural relatada no item 8, entre os dias 15/10/2026 a 19/10/2026 até às 23:59 de 2026.

8. COMO SE INSCREVER

8.1. As inscrições serão feitas pelo Mapa Cultural de Chorozinho no seguinte link: https://mapacultural.chorozinho.ce.gov.br/), na aba "Oportunidades".

8.2. O proponente é responsável pelo envio dos documentos e pela qualidade visual, conteúdo dos arquivos e informações do seu projeto.

8.3. Cada proponente poderá concorrer neste edital com um (01) projeto e poderá ser contemplado em no máximo 01 (um) projeto.

8.4. O proponente deve se responsabilizar pelo acompanhamento das atualizações/publicações pertinentes ao edital e seus prazos nos canais formais de comunicação.

8.5. As inscrições deste edital são gratuitas.

8.6. As propostas que apresentem quaisquer formas de preconceito de origem, raça, etnia, gênero, cor, idade ou outras formas de discriminação serão desclassificadas, com fundamento no disposto no inciso IV do caput do art. 3º da Constituição, garantidos o contraditório e a ampla defesa.

9. PLANO DE AÇÃO DOS PROJETOS

9.1. O proponente deverá preencher a Proposta de Plano de Ação (Anexo I) presente no Formulário de Inscrição, informando como será utilizado o recurso financeiro recebido.

9.2. A estimativa de custos do projeto será prevista por categorias, sem a necessidade de detalhamento por item de despesa, conforme § 1º do art. 24, do Decreto 11.453/2023.

9.3. A compatibilidade entre a estimativa de custos do projeto e os preços praticados no mercado será avaliada pelos membros da comissão de Avaliação, de acordo com tabelas referenciais de valores, ou com outros métodos de verificação de valores praticados no mercado.

9.4. A estimativa de custos do projeto poderá apresentar valores divergentes das práticas de mercado convencionais na hipótese de haver significativa excepcionalidade no contexto de sua implementação, consideradas variáveis territoriais e geográficas e situações específicas, como a de povos indígenas, ribeirinhos, atingidos por barragens e comunidades quilombolas e tradicionais.

9.5. O valor solicitado não poderá ser superior ao valor máximo destinado a cada projeto do presente edital.

10. ACESSIBILIDADE

10.1. Os projetos devem contar com medidas de acessibilidade física, atitudinal e comunicacional compatíveis com as características dos produtos resultantes do objeto, nos termos do disposto na Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015 (Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência), de modo a contemplar:

I - No aspecto arquitetônico, recursos de acessibilidade para permitir o acesso de pessoas com mobilidade reduzida ou idosas aos locais onde se realizam as atividades culturais e a espaços acessórios, como banheiros, áreas de alimentação e circulação;

II - No aspecto comunicacional, recursos de acessibilidade para permitir o acesso de pessoas com deficiência intelectual, auditiva ou visual ao conteúdo dos produtos culturais gerados pelo projeto, pela iniciativa ou pelo espaço; e

III - No aspecto atitudinal, a contratação de colaboradores sensibilizados e capacitados para o atendimento de visitantes e usuários com diferentes deficiências e para o desenvolvimento de projetos culturais acessíveis desde a sua concepção, contempladas a participação de consultores e colaboradores com deficiência e a representatividade nas equipes dos espaços culturais e nas temáticas das exposições, dos espetáculos e das ofertas culturais em geral.

10.2. Especificamente para pessoas com deficiência, mecanismos de protagonismo e participação poderão ser concretizados também por meio das seguintes iniciativas, entre outras:

I - Adaptação de espaços culturais com residências inclusivas;

II - Utilização de tecnologias assistivas, ajudas técnicas e produtos com desenho universal;

III - Medidas de prevenção e erradicação de barreiras atitudinais;

IV - Contratação de serviços de assistência por acompanhante;

V - Oferta de ações de formação e capacitação acessíveis a pessoas com deficiência.

10.3. Os projetos devem prever obrigatoriamente medidas de acessibilidade, sendo assegurado para essa finalidade no mínimo 10% do valor total do projeto.

10.4. A utilização do percentual mínimo de 10% de que trata o item 10.3 pode ser excepcionalmente dispensada quando:

I - For inaplicável em razão das características do objeto cultural, a exemplo de projetos cujo objeto seja o desenvolvimento de roteiro e licenciamento de obra audiovisual.

II - Quando o projeto já contemplar integralmente as medidas de acessibilidade compatíveis com as características do objeto cultural.

10.5. Para projetos cujo objeto seja a produção audiovisual, consideram-se integralmente cumpridas as medidas de acessibilidade de que trata o subitem II do item 10.4 quando a produção contemplar legendagem, legendagem descritiva, Audiodescrição e LIBRAS - Língua Brasileira de Sinais.

10.6. O proponente deve apresentar justificativa para os casos em que o percentual mínimo de 10% é inaplicável.

11. CONTRAPARTIDA

11.1. Os agentes culturais contemplados neste edital deverão realizar contrapartida social a ser pactuada com a Administração Pública, incluída obrigatoriamente gratuitas dos conteúdos selecionados, assegurados a acessibilidade de grupos com restrições e o direcionamento à rede de ensino da localidade.

11.2. As contrapartidas deverão ser informadas com o preenchimento do Anexo I e devem ser executadas em até dois meses a contar da data de assinatura do termo execução cultural.

11.3. Para fins de cumprimento da contrapartida o selecionado fará à disponibilização do uso dos conteúdos digitais para compor o acervo da Secretaria da Cultura de Chorozinho, para fins de difusão cultural, podendo a Secretaria dispor dos mesmos e destiná-los à exibição, utilização e circulação públicas e gratuitas, preservando-se sempre os direitos e os créditos de autor, bem como, o proponente assumirá o compromisso de veicular em suas redes sociais. "PROJETO FOMENTADO COM RECURSOS DA POLÍTICA NACIONAL ALDIR BLANC (PNAB) CICLO II - POR MEIO DA SECRETARIA MUNICIPAL DA CULTURA E TURISMO DE CHOROZINHO''

11.4. A contrapartida deverá ser registrada e comprovada por vídeo e fotos/com a disponibilidades de todas as logos que serão disponibilizadas no mapa cultural de Chorozinho.

12. ETAPAS DO EDITAL

12.1. A seleção dos projetos submetidos a este Edital será composta das seguintes etapas:

I – Habilitação e análise de mérito cultural dos projetos: fase de análise dos documentos de habilitação do proponente e mérito cultural dos projetos, descritos no item 14.

II – Recurso: Prazo de 03 (três) dias para análise dos recursos encaminhados para reavaliação dos projetos inscritos.

III – Resultado Final.

IV – Homologação dos resultados.

13. ANÁLISE DE MÉRITO CULTURAL DOS PROJETOS

13.1. Entende-se por "Análise de mérito cultural" a identificação, tanto individual quanto sobre seu contexto social, de aspectos relevantes dos projetos culturais, concorrentes em uma mesma categoria de apoio, realizada por meio da atribuição fundamentada de notas aos critérios descritos neste edital.

13.2. Por análise comparativa compreende-se a análise não apenas dos itens individuais de cada projeto, mas de suas propostas, impactos e relevância em relação aos outros projetos inscritos na mesma categoria. A pontuação de cada projeto é atribuída em função desta comparação.

13.3. A análise dos projetos culturais será realizada por uma comissão de avaliação nomeada pela Secretaria da Cultura e Turismo do município de Chorozinho.

13.4. As pessoas que compõem a comissão ficam impedidas de participar da apreciação de projetos e iniciativas que estiverem em processo de avaliação nos quais:

I - Tenham interesse direto na matéria;

II - Tenham participado como colaborador na elaboração do projeto ou tenham participado da instituição proponente nos últimos dois anos, ou se tais situações ocorrem quanto ao cônjuge, companheiro ou parente e afins até o terceiro grau; e

III - Estejam litigando judicial ou administrativamente com o proponente ou com seu respectivo cônjuge ou companheiro.

13.5. Os membros da comissão que incorrerem em impedimento devem comunicar o fato à Secretaria Municipal de Cultura e Turismo de Chorozinho, abstendo-se de atuar, sob pena de nulidade dos atos que praticar.

13.6. Para esta seleção serão considerados os critérios de pontuação estabelecidos a seguir sendo que as comissões de seleção atribuirão notas de 0 a 10 pontos a cada um dos critérios de avaliação de cada projeto, conforme tabela a seguir:

CRITÉRIOS OBRIGATÓRIOS

	e demais grupos em situação de vulnerabilidade econômica e/ou social. I – não atende (0 ponto) II – atende plenamente (5 pontos)			
PONTUAÇÃO EXTRA TOTAL				**15 PONTOS**

PONTUAÇÃO EXTRA PARA PROPONENTES PESSOAS JURÍDICAS E COLETIVOS OU GRUPOS CULTURAIS SEM CNPJ				
Identificação do Ponto Extra	**Descrição do Ponto Extra**	**Nota**	**Peso**	**Pontuação Máxima**
G	**Aspectos de integração comunitária na ação proposta pelo projeto** – Considera-se, para fins de avaliação e valoração, se o projeto apresenta aspectos de integração comunitária, em relação ao impacto social para inclusão de pessoas com deficiência, idosos e demais grupos em situação de histórica vulnerabilidade econômica/social. I – não atende (0 ponto) II – atende plenamente (5 pontos)	5	1	5
H	**Pessoas físicas negras ou indígenas** I – não atende (0 ponto) II – atende plenamente (5 pontos)	5	1	5
I	**Pessoas físicas com notória atuação em temáticas relacionadas a:** pessoas negras, indígenas, pessoas com deficiência, mulheres, LGBTQIAP+, idosos,	5	1	5

	crianças, e demais grupos em situação de vulnerabilidade econômica e/ou social. I – não atende (0 ponto) II – atende plenamente (5 pontos)			
PONTUAÇÃO EXTRA TOTAL:				**15 PONTOS**

PONTUAÇÃO EXTRA PARA PROPONENTES PESSOAS JURÍDICAS E COLETIVOS OU GRUPOS CULTURAIS COM CNPJ				
Identificação do Ponto Extra	**Descrição do Ponto Extra**	**Nota**	**Peso**	**Pontuação Máxima**
J	**Aspectos de integração comunitária na ação proposta pelo projeto** – Considera-se, para fins de avaliação e valoração, se o projeto apresenta aspectos de integração comunitária, em relação ao impacto social para a inclusão de pessoas com deficiência, idosos e demais grupos em situação de histórica vulnerabilidade econômica/social. I – não atende (0 ponto) II – atende plenamente (5 pontos)	5	1	5
K	**Pessoas jurídicas ou coletivos/grupos compostos majoritariamente por pessoas negras ou indígenas** I – não atende (0 ponto) II – atende plenamente (5 pontos)	5	1	5
L	**Pessoas jurídicas compostas majoritariamente por mulheres**	5	1	5

	I – não atende (0 ponto) II – atende plenamente (5 pontos)			
M	**Pessoas jurídicas ou coletivos/grupos com notória atuação em temáticas relacionadas a:** pessoas negras, indígenas, pessoas com deficiência, mulheres, LGBTQIAP+, idosos, crianças, e demais grupos em situação de vulnerabilidade econômica e/ou social. I – não atende (0 ponto) II – atende plenamente (5 pontos)	5	1	5
PONTUAÇÃO EXTRA TOTAL:				**20 PONTOS**

- A pontuação final de cada candidatura será por média das notas atribuídas individualmente por cada Parecerista.
- Os critérios gerais são eliminatórios, de modo que, o agente cultural que receber pontuação 0 em algum dos critérios será desclassificado do Edital.
- Os bônus de pontuação são cumulativos e não constituem critérios obrigatórios, de modo que a pontuação 0 em algum dos pontos bônus não desclassifica o proponente.
- Em caso de empate, serão utilizados para fins de classificação dos projetos a maior nota nos critérios de acordo com a ordem abaixo definida: A, B, C, D, E, F, respectivamente.
- Caso nenhum dos critérios acima elencados seja capaz de promover o desempate serão adotados critérios de desempate na ordem a seguir:

  I) proponente com maior idade;

  II) sorteio.

- Serão considerados aptos os projetos que receberem nota final igual ou superior a 30 pontos.
- Serão desclassificados os projetos que:

  I - Receberam nota 0 em qualquer dos critérios obrigatórios;

  II - Apresentem quaisquer formas de preconceito de origem, raça, etnia, gênero, cor, idade ou outras formas de discriminação serão desclassificadas, com fundamento no disposto no inciso IV do caput do art. 3º da Constituição, garantidos o contraditório e ampla defesa.

- A falsidade de informações acarretará desclassificação, podendo ensejar, ainda, a aplicação de sanções administrativas ou criminais.

13.7. Contra a decisão da fase de mérito cultural, caberá recurso em até três dias corridos conforme o Anexo VIII.

13.8. Os recursos de que tratam o item 12.1 deverão ser apresentados no prazo de 03 (três) dias úteis a contar da publicação do resultado, considerando-se para início da contagem o primeiro dia útil posterior à publicação.

13.9. Os recursos apresentados após o prazo não serão avaliados.

13.10. Após o julgamento dos recursos, o resultado da análise de mérito cultural será divulgado no site oficial do Governo Municipal de Chorozinho/ no MAPA CULTURAL DE CHOROZINHO e no Flanelógrafo do Paço Municipal.

14. REMANEJAMENTO DOS RECURSOS

14.1. Caso alguma categoria não tenha todas as vagas preenchidas e/ou desclassificadas, os recursos sobrantes desta categoria poderão ser remanejados para os 2 (dois) primeiros projetos com maior pontuação ou direcionado para classificados que estão em banco de espera de acordo com a decisão da comissão avaliadora.

14.2. Caso não sejam preenchidas todas as vagas deste edital, os recursos remanescentes poderão ser utilizados em outro edital destinado a outras linguagens.

15. ETAPA DE HABILITAÇÃO

15.1 DIVULGAÇÃO E DAS INSCRIÇÕES:

15.1.2. Imediatamente após o período de divulgação, serão abertas as inscrições, no período de 15/10/2026 a 19/10/2026. As inscrições serão gratuitas e exclusivamente online, pelo Mapa Cultural de Chorozinho sito link : https://mapacultural.chorozinho.ce.gov.br/ .

15.1.3. Todas as informações referentes à ficha de inscrição deverão ser verídicas e atualizadas. Não serão aceitas, para efeito de inscrição, propostas entregues presencialmente na sede da Secretaria da Cultura e Turismo de Chorozinho ou materiais postados via Correios.

15.1.4. Em caso de envio de mais de 01 (uma) inscrição pelo mesmo proponente na mesma categoria, será considerada a segunda inscrição enviada, sendo automaticamente indeferida a primeira inscrição.

15.1.5. Para efeito de inscrição neste Edital todos os PROPONENTES e RESPONSÁVEIS pelos projetos deverão estar cadastrados no Mapa Cultural de

Chorozinho , no seguinte endereço eletrônico: : https://mapacultural.chorozinho.ce.gov.br/ sendo OBRIGATÓRIO vinculá-lo na ficha de inscrição online.

15.1.6. Para efeito de inscrição neste Edital, além do proponente enviar informações do seu currículo e/ou portfólio artístico cultural, o proponente deve inserir em seu perfil no Mapa Cultural do Ceará, um ou mais arquivos contendo textos, fotos, vídeos, áudios, entre outros, que o (a) candidato (a) considere relevante para comprovar o seu percurso artístico ou/e experiência profissional na área cultural.

15.1.7. Para a inscrição de grupo ou coletivo representado por pessoa física, faz-se necessária a criação do perfil da pessoa jurídica ou grupo/coletivo no Mapa Cultural e a sua vinculação na ficha de inscrição. Será necessário, primeiramente, fazer o cadastro da Pessoa Física responsável pela inscrição (denominado Agente Individual no Mapa Cultural) e, utilizando a mesma conta, criar um novo perfil do grupo/coletivo (denominado Agente Coletivo no Mapa Cultural).

15.1.8. Todos os proponentes devem OBRIGATORIAMENTE cadastrar no Mapa Cultural a Instituição Responsável e o Agente Responsável pela inscrição do projeto e vincular a ficha de inscrição.

15.1.9. Todos os documentos requisitados, assim como todas as informações necessárias, estão discriminados na ficha de inscrição online, sendo necessário o upload (anexo de arquivos) de parte do material e o direcionamento por meio de links (endereços de páginas na Internet) para vídeo, áudio e para o material apresentado pelo proponente.

15.1.10. Os anexos não podem ultrapassar o limite de 5 (cinco) megabytes por arquivo.

15.1.11. O não preenchimento das informações e/ou ausência de documentos obrigatórios solicitados anteriormente implicará na DESABILITAÇÃO do proponente a qualquer tempo.

15.1.12. A Secretaria da Cultura e Turismo de Chorozinho não se responsabilizará por congestionamento do sistema ou qualquer fato superveniente que impossibilite a inscrição até às 23h59min (vinte e três horas e cinquenta e nove minutos) do último dia de inscrição.

15.1.13. A lista preliminar das propostas Habilitadas e Inabilitadas será divulgada no site do governo municipal de Chorozinho e no mapa cultural, sendo de total responsabilidade do proponente acompanhar a atualização dessas informações.

15.1.14. Após a publicação do resultado dessa fase, caberá pedido de recurso no prazo de até 03 (três) dias corridos, a contar do dia seguinte à publicação do resultado.

15.1.15. O pedido de recurso deverá conter, OBRIGATORIAMENTE, justificativa e ser encaminhado exclusivamente para o e-mail chorozinho.cultura@gmail.com assinado em formulário específico Anexo VIII, sendo vedada a inclusão de novos documentos.

15.1.16. O resultado do recurso e a lista final de propostas Habilitadas e Inabilitadas serão divulgados no site do Governo Municipal de Chorozinho e no mapa cultural, sendo de total responsabilidade do proponente acompanhar a atualização dessas informações.

16. DA HOMOLOGAÇÃO DOS RESULTADOS

16.1.2. A lista final dos classificados e classificáveis será homologada pela Secretária Municipal de Cultura e Turismo de Chorozinho e enviada para publicação no site do Município e no mapa cultural.

16.1.3. Com o intuito de dar maior celeridade ao processo, as categorias poderão ser homologadas separadamente pela Secretária da Cultura e enviadas para publicação no site oficial do Governo municipal de Chorozinho.

16.1.4. Não caberá mais recurso após a análise dos recursos propostos e após a divulgação do segundo e último resultado.

17. DO CALENDÁRIO DAS FASES DE SELEÇÃO

17.1. O processo seletivo obedecerá ao seguinte calendário, passível de alteração por parte da Secretaria da Cultura e Turismo de Chorozinho.

ETAPA	DESCRIÇÃO DA ETAPA	DATAS
01	Divulgação do edital (torná-lo público)	15/10/2026
02	Período de inscrição mapa cultural	15/10/2026 a 19/10/2026
03	Avaliação do projeto	20/10/2026 a 25/10/2026
04	Divulgação do resultado preliminar	26/10/2026
05	Período de recurso	27/10/2026 a 29/10/2026
06	Resultado final	30/10/2026
07	Atualizações de conta bancária	03/11/2026
08	Assinatura do Termo de Execução Cultural	03/11/2026
09	Realização do projeto	04/11/2026 a 02/02/2027
10	Prestação de contas	03/02/2027 a 04/03/2027

18. DAS OBRIGAÇÕES PARA REPASSE DE RECURSOS AOS PROPONENTES SELECIONADOS E PRESTAÇÃO DE CONTAS

18.1. O recurso para a execução do projeto selecionado será repassado em parcela única, por meio de Termo de Execução Cultura firmado entre a Secretaria da Cultura e Turismo de Chorozinho e os proponentes selecionados neste Edital, em conta.

18.2. Para fins de prestação de contas, neste Edital, será exigida a comprovação da plena execução do objeto do projeto, por meio da apresentação, no prazo de até 30 (trinta) dias após o fim da vigência do instrumento jurídico, de Relatório de Execução do Objeto (Anexo III).

18.3. O Relatório de Execução do Objeto deverá conter relato das atividades realizadas para o cumprimento do objeto e comparativo dos objetivos previstos com os resultados alcançados, a partir do projeto originalmente pactuado nos moldes previstos na Ficha de Inscrição e no Plano de ação, podendo a comprovação sobre os produtos e serviços relativos aos objetivos ocorrer pela apresentação de fotos, listas de presença, vídeos, nota fiscal, recibos entre outros.

18.4. Caso sejam identificados indícios de irregularidades na execução do objeto do projeto, a Secretaria da Cultura e Turismo de Chorozinho deverá solicitar, de forma excepcional, a prestação de contas financeira, no prazo de 60 (sessenta) dias, contendo relação dos pagamentos efetuados, relação dos bens adquiridos, construídos ou produzidos, notas fiscais, recibos e comprovante de recolhimento do saldo de recursos não utilizados, quando houver.

18.5. Constatada irregularidade ou omissão na prestação de contas, deverão ser adotadas as providências para apuração dos fatos, identificação dos responsáveis, quantificação do dano e obtenção do ressarcimento, nos termos da legislação vigente.

18.6. Quando a prestação de contas for avaliada como irregular, após exaurida a fase recursal, se mantida a decisão, o parceiro poderá solicitar autorização para que o ressarcimento parcial ou integral ao erário seja promovido por meio de atividades culturais compensatórias, conforme a extensão do dano, a critério da Secretaria da Cultura e Turismo de Chorozinho, desde que não tenha havido dolo ou fraude e não seja o caso de restituição integral dos recursos.

18.7. A Secretaria da Cultura e Turismo de Chorozinho não se responsabilizará pelos atos, contratos ou compromissos assumidos de natureza comercial, financeira, trabalhista ou outros realizados pelos proponentes selecionados (a) para fins de execução das atividades previstas na Proposta de Plano de Ação (Anexo I).

18.8. A Secretaria da Cultura e Turismo de Chorozinho acompanhará a execução dos projetos, podendo, a qualquer tempo, solicitar informações e esclarecimentos acerca do andamento deles.

18.9. A documentação relativa à execução do objeto e financeira deve ser mantida pelo beneficiário pelo prazo de 5 (cinco) anos, contado do fim da vigência do instrumento.

19. DISPOSIÇÕES FINAIS

19.1. O acompanhamento de todas as etapas deste Edital e a observância quanto aos prazos serão de inteira responsabilidade dos proponentes. Para tanto, deverão ficar atentos às publicações no sita e nas mídias sociais oficiais do Governo Municipal de Chorozinho.

19.2. Os casos omissos porventura existentes ficarão a cargo da Comissão de Acompanhamento da Política Nacional Aldir Blanc de Chorozinho.

19.3. Eventuais irregularidades relacionadas aos requisitos de participação, constatadas a qualquer tempo, implicará na desclassificação do proponente.

19.4. O proponente será o único responsável pela veracidade da proposta e documentos encaminhados, isentando o Governo Municipal de Chorozinho de qualquer responsabilidade civil ou penal.

19.5. O apoio concedido por meio deste Edital poderá ser acumulado com recursos captados por meio de leis de incentivo fiscal e outros programas e/ou apoios federais, estaduais e municipais.

19.6. A inscrição implica no conhecimento e concordância dos termos e condições previstos neste Edital, com base na Lei Federal nº 14.399/2022 - Política Nacional Aldir Blanc (CICLO II); no Decreto Federal nº 11.740/2023; no Decreto Federal nº 11.453/2023; na Lei Federal nº 14.903/2024 - Marco Regulatório do Fomento à Cultura; Instrução Normativa MINC nº 10/2023 - IN PNAB de Ações Afirmativas.

19.7. Mais informações poderão ser obtidas prioritariamente pelo e-mail: chorozinho.cultura@gmail.com

Chorozinho / CE, 13 de outubro de 2026.

Amanda Rodrigues Carvalho

Amanda Rodrigues Carvalho
Secretária Municipal de Cultura e Turismo de Chorozinho.

EDITAL FESTIVAL CULTURAL ITINERANTE - 2026

ANEXO I - PLANO DE AÇÃO

ATENÇÃO!!!

ESTE DOCUMENTO SÓ SERÁ CONSIDERADO VÁLIDO SE TOTALMENTE PREENCHIDO, SEM DEIXAR ESPAÇOS EM BRANCO, E DEVIDAMENTE ASSINADO, COM RUBRICAS NAS PRIMEIRAS PÁGINAS E ASSINATURA NA ÚLTIMA.

As assinaturas assinadas de próprio punho devem ser digitalizadas. Assinaturas coladas, figuras ou similares não serão aceitas, sob pena de ter a inscrição inabilitada. Em caso de assinatura eletrônica, é imprescindível que seja permitida a verificação de autenticidade, em condições similares quanto à inviabilização do projeto. É de responsabilidade do(a/e) agente cultural ou da pessoa responsável pela inscrição a conferência do documento antes da submissão da proposta.

NOME DO/A/E AGENTE CULTURAL: **CPF/CNPJ:**
NOME DO/A/E REPRESENTANTE (SE PESSOA JURÍDICA): **CPF:**
NOME DO PROJETO:
E-MAIL PRINCIPAL: **TELEFONE(S) PARA CONTATO:**
Nº INSCRIÇÃO:
CATEGORIA:
DESCRIÇÃO DO OBJETO (descrever conforme ficha de inscrição)**:VALOR TOTAL:**

VALOR TOTAL: R$

Descreva como se dará a contrapartida social (obrigatório):

CRONOGRAMA DE EXECUÇÃO

	ATIVIDADE/AÇÃO (Ex.: Reuniões de pré-produção, realização das aulas, reunião com exibidora, etc.)	ITENS DE DESPESA (Ex.: Facilitador(a/e), produção, alimentação, hospedagem, etc.)	ETAPA Em que fase do ciclo do projeto essa ação se encaixa?	NATUREZA DE DESPESA (ex: material de consumo, bens, serviços)	VALOR TOTAL DO ITEM DE DESPESA (R$)
1					
2					
3					
4					
5					
6					
7					
8					
9					
10					
11					
12					
13					
14					
15					

ASSINATURA DO/A/E AGENTE CULTURAL

_____, _____/_____/_____

<Local>, <dia>/<mês>/<ano>

_____

Assinatura do/a/e Agente Cultural

ANEXO II
TERMO DE EXECUÇÃO CULTURAL
EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 009/2026
EDITAL FESTIVAL CULTURAL ITINERANTE - 2026

TERMO DE EXECUÇÃO CULTURAL Nº [INDICAR NÚMERO] / 2026 TENDO POR OBJETO A CONCESSÃO DE APOIO FINANCEIRO A AÇÕES CULTURAIS CONTEMPLADAS PELO EDITAL nº 008/2026, DO DECRETO 11.453/2023 (DECRETO DE FOMENTO).

1. PARTES

1.1 O GOVERNO MUNICIPAL DE CHOROZINHO, através da SECRETARIA DE CULTURA E TURISMO, neste ato representado pela SECRETÁRIA DE CULTURA E TURISMO, Senhora Amanda Rodrigues Carvalho, e o (a) AGENTE CULTURAL, [INDICAR NOME DO (A) AGENTE CULTURAL CONTEMPLADO], portador (a) do RG nº [INDICAR Nº DO RG], expedida em [INDICAR ÓRGÃO EXPEDIDOR], CPF nº [INDICAR Nº DO CPF], residente e domiciliado(a) à [INDICAR ENDEREÇO], CEP: [INDICAR CEP], telefones: [INDICAR TELEFONES], resolvem firmar o presente Termo de Execução Cultural, de acordo com as seguintes condições:

2. PROCEDIMENTO

2.1 Este Termo de Execução Cultural é instrumento da modalidade de fomento à execução de ações culturais de que trata o inciso I do art. 8 do Decreto 11.453/2023, celebrado com agente cultural selecionado nos termos DO DECRETO 11.453/2023 (DECRETO DE FOMENTO).

3. OBJETO

3.1. Este Termo de Execução Cultural tem por objeto a concessão de apoio financeiro ao projeto cultural [INDICAR NOME DO PROJETO], contemplado no conforme processo administrativo nº [INDICAR NÚMERO DO PROCESSO].

4. RECURSOS FINANCEIROS

4.1. Os recursos financeiros para a execução do presente termo totalizam o montante de R$ [INDICAR VALOR EM NÚMERO ARÁBICOS] ([INDICAR VALOR POR EXTENSO] reais).

4.2. Serão transferidos à conta do (a) AGENTE CULTURAL, especialmente aberta no [NOME DO BANCO], Agência [INDICAR AGÊNCIA], Conta Corrente nº [INDICAR CONTA], para recebimento e movimentação.

5. APLICAÇÃO DOS RECURSOS

5.1 Os rendimentos de ativos financeiros poderão ser aplicados para o alcance do objeto, sem a necessidade de autorização prévia.

6. OBRIGAÇÕES

São obrigações da **SECRETARIA DE CULTURA E TURISMO**:

I) transferir os recursos ao(a)AGENTE CULTURAL;

II) orientar o(a) AGENTE CULTURAL sobre o procedimento para a prestação de informações dos recursos concedidos;

III) analisar e emitir parecer sobre os relatórios e sobre a prestação de informações apresentados pelo (a) AGENTE CULTURAL;

IV) zelar pelo fiel cumprimento deste termo de execução cultural;

V) adotar medidas saneadoras e corretivas quando houver inadimplemento;

VI) monitorar o cumprimento pelo (a) AGENTE CULTURAL das obrigações previstas na CLÁUSULA 6.2.

6.1 São obrigações do (a) **AGENTE CULTURAL**:

I) executar a ação cultural aprovada;

II) aplicar os recursos concedidos pela Secretaria de Cultura e Turismo na realização da ação cultural;

III) manter, obrigatória e exclusivamente, os recursos financeiros depositados na conta especialmente aberta para o Termo de Execução Cultural;

IV) facilitar o monitoramento, o controle e supervisão do termo de execução cultural bem como o acesso ao local de realização da ação cultural;

V) prestar informações à SECRETARIA DE CULTURA E TURISMO por meio de Relatório de Execução do Objeto, apresentado no prazo máximo de **30 (trinta) dias** contados do término da vigência do termo de execução cultural;

VI) atender a qualquer solicitação regular feita pela SECRETARIA DE CULTURA E TURISMO a contar do recebimento da notificação;

VII) divulgar nos meios de comunicação, a informação de que a ação cultural aprovada é apoiada com recursos da SECRETARIA DE CULTURA E TURISMO, incluindo as marcas do Governo Municipal, de acordo com as orientações técnicas do manual de aplicação de marcas divulgado pelo Ministério da Cultura e SECRETARIA DE CULTURA E TURISMO;

VIII) não realizar despesa em data anterior ou posterior à vigência deste termo de execução cultural;

IX) guardar a documentação referente à prestação de informações pelo prazo de 5 anos, contados do fim da vigência deste Termo de Execução Cultural;

X) não utilizar os recursos para finalidade diversa da estabelecida no projeto cultural;

7. PRESTAÇÃO DE INFORMAÇÕES

7.1 O agente cultural prestará contas à administração pública por meio da categoria de prestação de informações em relatório de execução do objeto.

7.2 A prestação de informações em relatório de execução do objeto comprovará que foram alcançados os resultados da ação cultural, por meio dos seguintes procedimentos:

I - Apresentação de relatório de execução do objeto pelo beneficiário no prazo estabelecido pelo ente federativo no regulamento ou no instrumento de seleção; e

II - Análise do relatório de execução do objeto por agente público designado.

7.2.1 O relatório de prestação de informações sobre o cumprimento do objeto deverá:

I - Comprovar que foram alcançados os resultados da ação cultural;

II - Conter a descrição das ações desenvolvidas para o cumprimento do objeto;

III - ter anexados documentos de comprovação do cumprimento do objeto, tais como: Declarações de realização dos eventos, com registro fotográfico ou audiovisual, clipping de matérias jornalísticas, releases, folders, catálogos, panfletos, filipetas, bem como outros documentos pertinentes à execução do projeto.

7.2.2 O agente público competente elaborará parecer técnico de análise do relatório de execução do objeto e poderá adotar os seguintes procedimentos, de acordo com o caso concreto:

I - Encaminhar o processo à autoridade responsável pelo julgamento da prestação de informações, caso conclua que houve o cumprimento integral do objeto; ou

II - Recomendar que seja solicitada a apresentação, pelo agente cultural, de relatório de execução financeira, caso considere que não foi possível aferir o cumprimento integral do objeto no relatório de execução do objeto ou que as justificativas apresentadas sobre o cumprimento parcial do objeto foram insuficientes.

7.2.3 Após o recebimento do processo pelo agente público de que trata o item 7.2.2, autoridade responsável pelo julgamento da prestação de informações poderá:

I - Determinar o arquivamento, caso considere que houve o cumprimento integral do objeto ou o cumprimento parcial justificado;

II - Solicitar a apresentação, pelo agente cultural, de relatório de execução financeira, caso considere que não foi possível aferir o cumprimento integral do objeto no relatório de execução do objeto ou que as justificativas apresentadas sobre o cumprimento parcial do objeto foram insuficientes; ou

III - aplicar sanções ou decidir pela rejeição da prestação de informações, caso verifique que não houve o cumprimento integral do objeto ou o cumprimento parcial justificado, ou caso identifique irregularidades no relatório de execução financeira.

7.3 O relatório de execução financeira será exigido, independente da modalidade inicial de prestação de informações (in loco ou em relatório de execução do objeto), somente nas seguintes hipóteses:

I - Quando não estiver comprovado o cumprimento do objeto, observados os procedimentos previstos no item 7.2; ou

II - Quando for recebida, pela administração pública, denúncia de irregularidade na execução da ação cultural, mediante juízo de admissibilidade que avaliará os elementos fáticos apresentados.

7.3.1 O prazo para apresentação do relatório de execução financeira será de, no mínimo, 30 (trinta) dias, contado do recebimento da notificação.

7.4 O julgamento da prestação de informações realizado pela autoridade do ente federativo que celebrou o termo de execução cultural avaliará o parecer técnico de análise de prestação de informações e poderá concluir pela:

I - Aprovação da prestação de informações, com ou sem ressalvas; ou

II - Reprovação da prestação de informações, parcial ou total.

7.5 Na hipótese de o julgamento da prestação de informações apontar a necessidade de devolução de recursos, o agente cultural será notificado para que exerça a opção por:

I - Devolução parcial ou integral dos recursos ao erário;

II - Apresentação de plano de ações compensatórias; ou

III - devolução parcial dos recursos ao erário juntamente com a apresentação de plano de ações compensatórias.

7.5.1 A ocorrência de caso fortuito ou força maior impeditiva da execução do instrumento afasta a reprovação da prestação de informações, desde que comprovada.

7.5.2 Nos casos em que estiver caracterizada má-fé do agente cultural, será imediatamente exigida a devolução de recursos ao erário, vedada a aceitação de plano de ações compensatórias.

7.5.3 Nos casos em que houver exigência de devolução de recursos ao erário, o agente cultural poderá solicitar o parcelamento do débito, na forma e nas condições previstas na legislação.

7.5.4 O prazo de execução do plano de ações compensatórias será o menor possível, conforme o caso concreto, limitado à metade do prazo originalmente previsto de vigência do instrumento.

8. ALTERAÇÃO DO TERMO DE EXECUÇÃO CULTURAL

8.1 A alteração do termo de execução cultural será formalizada por meio de termo aditivo.

8.2 A formalização de termo aditivo não será necessária nas seguintes hipóteses:

I - Prorrogação de vigência realizada de ofício pela administração pública quando der causa a atraso na liberação de recursos; e

II - Alteração do projeto sem modificação do valor global do instrumento e sem modificação substancial do objeto.

8.3 Na hipótese de prorrogação de vigência, o saldo de recursos será automaticamente mantido na conta, a fim de viabilizar a continuidade da execução do objeto.

8.4 As alterações do projeto cujo escopo seja de, no máximo, 20% poderão ser realizadas pelo agente cultural e comunicadas à administração pública em seguida, sem a necessidade de autorização prévia.

8.5 A aplicação de rendimentos de ativos financeiros em benefício do objeto do termo de execução cultural poderá ser realizada pelo agente cultural sem a necessidade de autorização prévia da administração pública.

8.6 Nas hipóteses de alterações em que não seja necessário termo aditivo, poderá ser realizado apostilamento.

9. TITULARIDADE DE BENS

9.1 Os bens permanentes adquiridos, produzidos ou transformados em decorrência da execução da ação cultural fomentada serão de titularidade do agente cultural desde a data da sua aquisição.

9.2 Nos casos de rejeição da prestação de contas em razão da aquisição ou do uso do bem, o valor pago pela aquisição será computado no cálculo de valores a devolver, com atualização monetária.

10. EXTINÇÃO DO TERMO DE EXECUÇÃO CULTURAL

10.1 O presente Termo de Execução Cultural poderá ser:

I - Extinto por decurso de prazo;

II - Extinto, de comum acordo antes do prazo avençado, mediante Termo de Distrato;

III - denunciado, por decisão unilateral de qualquer dos partícipes, independentemente de autorização judicial, mediante prévia notificação por escrito ao outro partícipe; ou

IV - Rescindido, por decisão unilateral de qualquer dos partícipes, independentemente de autorização judicial, mediante prévia notificação por escrito ao outro partícipe, nas seguintes hipóteses:

a) descumprimento injustificado de cláusula deste instrumento;

b) irregularidade ou inexecução injustificada, ainda que parcial, do objeto, resultados ou metas pactuadas;

c) violação da legislação aplicável;

d) cometimento de falhas reiteradas na execução;

e) má administração de recursos públicos;

f) constatação de falsidade ou fraude nas informações ou documentos apresentados;

g) não atendimento às recomendações ou determinações decorrentes da fiscalização;

h) outras hipóteses expressamente previstas na legislação aplicável.

10.2 A denúncia só será eficaz 60 (sessenta) dias após a data de recebimento da notificação, ficando os partícipes responsáveis somente pelas obrigações e vantagens do tempo em que participaram voluntariamente da avença.

10.3 Os casos de rescisão unilateral serão formalmente motivados nos autos do processo administrativo, assegurado o contraditório e a ampla defesa. O prazo de defesa será de 10 (dez) dias da abertura de vista do processo.

10.4 Na hipótese de irregularidade na execução do objeto que enseje dano ao erário, deverá ser instaurada Tomada de Contas Especial caso os valores relacionados à irregularidade não sejam devolvidos no prazo estabelecido pela Administração Pública.

10.5 Outras situações relativas à extinção deste Termo não previstas na legislação aplicável ou neste instrumento poderão ser negociados entre as partes ou, se for o caso, no Termo de Distrato.

11. SANÇÕES

11.1. Nos casos em que for verificado que a ação cultural ocorreu, mas houve inadequação na execução do objeto ou na execução financeira sem má-fé, a autoridade pode concluir pela aprovação da prestação de informações com ressalvas e aplicar sanção de advertência ou multa.

11.2 A decisão sobre a sanção deve ser precedida de abertura de prazo para apresentação de defesa pelo AGENTE CULTURAL.

11.3 A ocorrência de caso fortuito ou força maior impeditiva da execução do instrumento afasta a aplicação de sanção, desde que regularmente comprovada.

12. MONITORAMENTO E CONTROLE DE RESULTADOS

12.1 O Termo de Execução Contratual será monitorado e acompanhado pela SECRETARIA DE CULTURA E TURISMO do município de Chorozinho.

12.2 A Secretaria emitirá relatórios sempre que houver irregularidades na execução do termo cultural ou ainda quando não identificado o alcance do resultado final.

13. VIGÊNCIA

13.1 A vigência deste instrumento terá início na data de assinatura das partes, com duração de 02 (dois) meses, podendo ser prorrogado por no máximo 30 dias.

14. PUBLICAÇÃO

14.1 O Extrato do Termo de Execução Cultural será publicado no D.O.M – Diário Oficial do Município.

15. FORO

15.1 Fica eleito o Foro de Chorozinho para dirimir quaisquer dúvidas relativas ao presente Termo de Execução Cultural.

Chorozinho _____, _____de 2026.

Amanda Rodrigues Carvalho
Secretária de Cultura e Turismo de Chorozinho
Portaria nº 011/2025, de 02/01/2025

[NOME DO AGENTE CULTURAL]

Agente Cultural

ANEXO III
DEMONSTRATIVO DO RELATÓRIO DE EXECUÇÃO DO OBJETO
EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 009/2026
EDITAL FESTIVAL CULTURAL ITINERANTE - 2026

(O RELATÓRIO DE EXECUÇÃO DO OBJETO SERÁ REALIZADO E PREENCHIDO NA PLATAFORMA MAPA CULTURAL DE CHOROZINHO)

1. DADOS DO PROJETO

Nome do projeto:

Nome do agente cultural proponente:

Nº do Termo de Execução Cultural

Vigência do projeto:

Valor repassado para o projeto:

Data de entrega desse relatório:

2. RESULTADOS DO PROJETO

2.1. Resumo:

Descreva de forma resumida como foi a execução do projeto, destacando principais resultados e benefícios gerados e outras informações pertinentes.

2.2. As ações planejadas para o projeto foram realizadas?

( ) Sim, todas as ações foram feitas conforme o planejado.

( ) Sim, todas as ações foram feitas, mas com adaptações e/ou alterações.

( ) Uma parte das ações planejadas não foi feita.

( ) As ações não foram feitas conforme o planejado.

2.3. Ações desenvolvidas

Descreva as ações desenvolvidas, com informações detalhando ações, datas, locais, horários, etc. Fale também sobre as eventuais alterações nas atividades previstas no projeto, bem como os possíveis impactos nas metas acordadas.

3. PRODUTOS GERADOS

3.1. A execução do projeto gerou algum produto? Exemplos: vídeos, produção musical, produção gráfica etc. ( ) Sim ( ) Não

3.1.1. Quais produtos culturais foram gerados?

Você pode marcar mais de uma opção. Informe também as quantidades.

( ) Publicação	( ) Livro	( ) Catálogo
( ) Live (transmissão on-line)	( ) Vídeo	( ) Documentário
( ) Filme	( ) Relatório de pesquisa	( ) Produção musical
( ) Jogo	( ) Artesanato	( ) Obras
( ) Espetáculo	( ) Show musical	( ) Site
( ) Música		

( ) Outros: _____

3.1.2. Como os produtos desenvolvidos ficaram disponíveis para o público após o fim do projeto?

Exemplos: publicações impressas, vídeos no YouTube?

3.2. Quais foram os resultados gerados pelo projeto?

Detalhe os resultados gerados por cada atividade prevista no Projeto

3.2.1 Pensando nos resultados gerados pelo projeto, você considera que ele ...

(Você pode marcar mais de uma opção).

( ) Desenvolveu processos de criação, de investigação ou de pesquisa.

( ) Desenvolveu estudos, pesquisas e análises sobre o contexto de atuação.

( ) Colaborou para manter as atividades culturais do coletivo.

( ) Fortaleceu a identidade cultural do coletivo.

( ) Promoveu as práticas culturais do coletivo no espaço em que foi desenvolvido.

( ) Promoveu a formação em linguagens, técnicas e práticas artísticas e culturais.

( ) Ofereceu programações artísticas e culturais para a comunidade do entorno.

( ) Atuou na preservação, na proteção e na salvaguarda de bens e manifestações culturais.

4. PÚBLICO ALCANÇADO

Informe a quantidade de pessoas beneficiadas pelo projeto, demonstre os mecanismos utilizados para mensuração, a exemplo de listas de presenças. Em caso de baixa frequência ou oscilação relevante informe as justificativas.

5. EQUIPE DO PROJETO

5.1 Quantas pessoas fizeram parte da equipe do projeto?

Digite um número exato (exemplo: 23).

5.2 Houve mudanças na equipe ao longo da execução do projeto?

( ) Sim ( ) Não

Informe se entraram ou saíram pessoas na equipe durante a execução do projeto.

5.3 Anexe comprovações de que no mínimo 80% dos profissionais contratados para a produção do projeto eram da cidade de Chorozinho.

5.4 Informe os profissionais que participaram da execução do projeto:

Nome do profissional/empresa	Função no projeto	CPF/CNPJ	Pessoa negra?	Pessoa indígena?	Pessoa com deficiência?

Ex.: João Silva	Cineasta	123456789101	Sim/Nã o	Sim/Não	Sim/Não

6. LOCAIS DE REALIZAÇÃO

6.1 De que modo o público acessou a ação ou o produto cultural do projeto?

( )1.Presencial.

( ) 2. Virtual.

( ) 3. Híbrido (presencial e virtual).

Caso você tenha marcado os itens 2 ou 3 (virtual e híbrido):

6.2 Quais plataformas virtuais foram usadas?

Você pode marcar mais de uma opção.

( )Youtube ( )Instagram / IGTV ( )Facebook

( )TikTok ( )Google Meet, Zoom etc.

( )Outros: _____

6.3 Informe aqui os links dessas plataformas:

Caso você tenha marcado os itens 1 e 3 (Presencial e Híbrido):

6.4 De que forma aconteceram as ações e atividades presenciais do projeto?

( )1. Fixas, sempre no mesmo local.

( )2. Itinerantes, em diferentes locais.

( )3. Principalmente em um local base, mas com ações também em outros locais.

6.5 Em que região do município o projeto aconteceu?

6.6 Em que área do município o projeto foi realizado/produzido?

Você pode marcar mais de uma opção.

( )Zona urbana central.

( )Zona urbana periférica.

( )Zona rural.

( )Área de vulnerabilidade social.

( )Unidades habitacionais.

( )Territórios indígenas (demarcados ou em processo de demarcação).

( )Comunidades quilombolas (terra titulada, em processo de titulação, com registro na Fundação Palmares).

( )Áreas atingidas por barragem.

( )Território de povos e comunidades tradicionais (ribeirinhos, louceiros, cipozeiro, pequizeiros, vazanteiros, povos do mar etc.).

( )Outros: _____

6.7 Onde o projeto foi realizado?

Você pode marcar mais de uma opção.

( )Equipamento cultural público municipal.

( )Equipamento cultural público estadual.

( )Espaço cultural independente.

( )Escola.

( )Praça.

( )Rua.

( )Parque.

( )Outros

7. DIVULGAÇÃO DO PROJETO

Informe como o projeto foi divulgado. Ex.: Divulgado no Instagram

8. TÓPICOS ADICIONAIS

Inclua aqui informações relevantes que não foram abordadas nos tópicos anteriores, se houver.

10. ANEXOS

Junte documentos que comprovem que você executou o projeto, tais como lista de presença, relatório fotográfico, vídeos, depoimentos, entre outros.

Chorozinho, _____ de _____ 2026

_____

Assinatura do Proponente

ANEXO IV
CARTA COLETIVA DE ANUÊNCIA DOS GRUPOS OU COLETIVO
EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 009/2026
POLÍTICA NACIONAL ALDIR BLANC (PNAB) CICLO II - SECULT CHOROZINHO
EDITAL FESTIVAL CULTURAL ITINERANTE – 2026

Nós, membros do grupo/coletivo _____

declaramos anuência à inscrição ora apresentada para participação no **EDITAL FESTIVAL CULTURAL ITINERANTE - 2026.** Para tanto, indicamos o (a) Sr (a) _____,

CPF: _____, como nosso (a) representante e responsável pela apresentação do projeto _____ para fins de prova junto à Secretaria da Cultura e Turismo do Município de Chorozinho – SECULT. O grupo / coletivo está ciente de que o (a) representante acima indicado (a) será o (a) responsável pelo projeto e pelo recebimento do recurso a ser pago pelo referido edital no caso do projeto ser contemplado. O coletivo / grupo é composto pelos membros abaixo listados:

Chorozinho, ____ de _____ de 2026.

Membros :

1.Nome_____ CPF_____
Assinatura _____

2.Nome _____CPF_____
Assinatura _____

3.Nome _____CPF_____
Assinatura _____

4.Nome_____CPF_____
Assinatura _____

5.Nome_____CPF_____
Assinatura _____

6.Nome_____CPF_____
Assinatura _____

7.Nome_____CPF_____
Assinatura _____

8.Nome_____CPF_____
Assinatura _____

9.Nome _____CPF_____
Assinatura _____

10.Nome _____CPF_____
Assinatura _____

11.Nome_____CPF_____
Assinatura _____

12.Nome _____CPF_____
Assinatura _____

13.Nome_____CPF_____
Assinatura _____

14. Nome _____CPF_____
Assinatura _____

15.Nome _____CPF_____
Assinatura _____

OBS. Todos os componentes do grupo devem anexar documentação com foto e cpf na mesma ordem de assinatura.

ANEXO V – DECLARAÇÃO PERTENCIMENTO ÉTICO RACIAL

EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 009/2026 - SECULT
EDITAL FESTIVAL CULTURAL ITINERANTE – 2026

(Para agentes culturais concorrentes às cotas étnico-raciais – negros ou indígenas)

Eu, _____,
CPF nº_____, RG nº _____,
DECLARO para fins de participação no **EDITAL FESTIVAL CULTURAL ITINERANTE - 2026** que sou _____
(informar se é NEGRO ou PARDO) ou indígena , para me inscrever na modalidade de reserva de vagas/cotas neste edital.

Por ser verdade, assino a presente declaração e estou ciente de que a apresentação de declaração falsa pode acarretar desclassificação do edital e aplicação de sanções criminais, Falsidade Ideológica (Artigo 299 do CP), Falsificação de Documento Público (Artigo 297 do CP), Falsificação de Documento Particular (Artigo 298 do CP).

Chorozinho, _____ de _____ de 2026.

_____

ASSINATURA DO DECLARANTE

ANEXO VI – DECLARAÇÃO PESSOA COM DEFICIÊNCIA

EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 009/2026
EDITAL FESTIVAL CULTURAL ITINERANTE – 2026

De acordo com os dispositivos da Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, Lei Brasileira de Inclusão – Estatuto da Pessoa com Deficiência - Lei n°13.146/2015 e Lei n°12.764/2012.

Nome:_____

CPF:_____

CID (Classificação Internacional de Doenças):_____
Assinale, a seguir, o tipo de deficiência do (a/e) proponente:

- Deficiência Auditiva
- Deficiência Física
- Deficiência Visual
- Deficiência Intelectual
- Deficiência Múltipla
- Outra

Especifique / detalhe a condição da deficiência:

_____

_____

_____

Chorozinho, ____ de _____ de 2026.

_____

Assinatura do Agente Cultural

ANEXO VII – DADOS BANCÁRIOS
EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 009/2026 - SECULT
EDITAL FESTIVAL CULTURAL ITINERANTE- 2026

Ilma. Sra.
AMANDA RODRIGUES CARVALHO
Secretário de Cultura e Turismo de Chorozinho.

Nesta

Prezada Secretária,
Cumprimento-o cordialmente e, na oportunidade, encaminho os dados bancários para recebimento de recurso referente a inscrição ***(nº on- XXXXXXXXX)***, do **EDITAL FESTIVAL CULTURAL ITINERANTE - 2026.**

DADOS DA CONTA BANCÁRIA	
Nome Completo Do Titular (Selecionado)	
Banco	
Agência	
Conta Corrente	
Número de Inscrição	

OBS: CONTAS DIGITAIS serão aceitas, desde que observem as seguintes orientações.

Aplicação Financeira: O dinheiro público não pode ficar "parado" na conta corrente simples; ele deve estar em uma aplicação de baixo risco (como CDB com liquidez diária ou títulos públicos) para que os rendimentos também sejam usados no projeto ou devolvidos.

Extratos Completos: O banco deve fornecer extratos detalhados (em formato PDF ou OFX) que mostrem tanto a movimentação da conta quanto a da aplicação financeira.

Pagamentos Identificados: A conta deve permitir transferências (TED/PIX) e pagamentos que identifiquem claramente o favorecido no extrato.

Atenciosamente,

Chorozinho, _____ de _____de 2026

_____

Assinatura - CPF

EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 009/2026- SECULT

EDITAL FESTIVAL CULTURAL ITINERANTE - 2026

ANEXO VIII - FORMULÁRIO DE RECURSO

Esse documento não faz parte dos documentos de inscrição e só poderá ser utilizado após publicação dos resultados, e somente em casos em que o candidato considere a necessidade de pedido à Comissão quanto à revisão de sua SITUAÇÃO nas etapas.

RECURSO

INSCRIÇÃO:	
Nome do proponente:	
Telefone de contato:	
E-mail:	
Etapa do Recurso: ( ) Habilitação da Inscrição ( ) Seleção e Avaliação Técnica	

Justificativa (descreva de forma objetiva o motivo do pedido de recurso)

Chorozinho, _____ de _____de 2026.

_____

Assinatura do representante legal.

EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 009/2026- SECULT

EDITAL FESTIVAL CULTURAL ITINERANTE - 2026

ANEXO IX – DECLARAÇÃO DE RESIDÊNCIA

Esse documento não faz parte dos documentos de inscrição e só poderá ser utilizado em caso de proponentes que necessitam comprovar residência, em anexo a comprovante de residência.

DECLARAÇÃO DE RESIDÊNCIA

(Nos termos da Lei Federal nº 7.115, de 29 de agosto de 1983)

Eu, _____, inscrito (a) no CPF nº _____ e portador (a) do documento de identidade (RG) nº _____, DECLARO, para os devidos fins de direito, que resido no seguinte endereço:

Rua/Av.: _____

Número: _____ **Complemento:** _____

Bairro: _____

Cidade/UF: _____

CEP: _____

Declaro, sob as penas da lei, que as informações acima são verdadeiras, estando ciente de que, caso esta declaração seja comprovadamente falsa, estarei sujeito (a) às sanções civis, administrativas e criminais previstas na legislação aplicável, conforme os arts. 1º, 2º e 3º da Lei Federal nº 7.115/1983.

Por ser verdade, firmo a presente declaração para que produza seus efeitos legais.

Nome completo: _____

CPF: _____

Chorozinho, _____ de _____de 2026.

_____

Assinatura do (a) declarante